

O tempo passa

A sensação de interinidade, já disseminada por todo o corpo institucional do GDF, constitui problema que precisa ser urgentemente enfrentado pela liderança política na Constituinte ou, alternativamente, pelo Presidente da República, a quem cumpre prover o cargo de governador do Distrito Federal. Se um acordo não se produz visando a remover o obstáculo constitucional que impede o governador indicado de aceitar a nomeação, o Presidente precisa agir, indicando outro. Não pode haver hesitações nessa questão, nem delongas que emperram o funcionamento do Governo da cidade e criam um hiato de autoridade extremamente prejudicial.

A substância da questão, a nosso ver, é simples. Trata-se de corrigir omissão do texto constitucional, algo que terá de ser feito em relação a muitas outras questões. O texto ora submetido à votação em segundo turno está repleto de omissões e imperfeições que, não removidas, criarão embaraços muito sérios, no futuro. Ora, se assim é — e a própria liderança parlamentar bem o sabe — o bom senso manda que se produza logo uma decisão informal capaz de permitir a posse do novo governador.

Haveria problema, sim, se houvesse objeção parlamentar à designação do senador Alexandre Costa. Neste caso se configuraria um problema político. Como não há objeção — tal é a conclusão que nos permite sua tranqüila aceitação pelo Senado —, a questão subsistente é de ordem técnica, e irrelevante. Sendo meramente técnica, e ainda irrelevante por se tratar de simples omissão, não ve-

mos porque pareça tão difícil produzir-se o acordo de liderança.

O episódio é ilustrativo da capacidade que tem a nossa liderança política de complicar as coisas mais simples, até quando, como é o caso, esteja em jogo interesse tão fundamental, como o de prover um cargo de governador da capital do País. As funções oficiais na cidade acham-se semiparalisadas, os funcionários de confiança sentem-se eticamente impedidos de tomar decisão, situações de greve em setores essenciais estão se configurando e o tempo vai passando. Aliás, em praticamente tudo quanto diz respeito a interesses fundamentais do País, tem-se deixado muito tempo passar.

Vários problemas fundamentais estão à espera da ação governamental: o dos transportes urbanos, um dos mais sérios da cidade, para o qual se impõe formular agora um encaminhamento definitivo; a reforma administrativa, já concebida mas pendente de decisão legislativa para ser implementada; a questão do assentamento de populações periféricas que proliferam como cogumelos tecendo um cenário de crise social.

Esperamos que o novo governador — e, antes dele, a liderança parlamentar da qual depende sua investidura — tenha a sensibilidade de olhar para esta cidade com os olhos dos que a habitam, olhos aflitos com a rudeza dos problemas sociais que, já muito cedo, se manifestaram e se agravaram. A cidade real, densa e áspera de que falamos, nada tem a ver com a minoria privilegiada que fez criar-se em torno dela a injusta e folclórica imagem de ilha da fantasia.